

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Campus Barueri

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia

Lucimara Dutra Fogaça Panis

**O Psicopedagogo no Processo de Inclusão Escolar.**

**Tutoria: uma prática possível.**

Barueri

Junho de 2013

Lucimara Dutra Fogaça Panis

O Psicopedagogo no Processo de Inclusão Escolar.

Tutoria - uma prática possível.

Monografia apresentada à Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo,  
como exigência parcial para conclusão  
do curso Lato Sensu em  
Psicopedagogia, sob a orientação da  
Prof. Ms. Vera Regina  
VitaglianoTeixeira.

Barueri

2013

## Lucimara Dutra Fogaça Panis

### Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus e à Nossa Senhora que se fazem presentes na minha vida em todos os momentos.

Agradeço aos meus filhos pela paciência e compreensão em todas as noites que estive ausente. Em especial ao meu esposo pelo apoio e companheirismo.

A minha querida orientadora que me recebeu com muito carinho e dedicou seu tempo sempre com olhar atento e incentivador.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para que eu pudesse realizar mais esse grande projeto na minha vida.

*Inclusão é o privilégio de viver com as diferenças.*

*Maria Tereza Eglér Mantoan.*

**Resumo:**

O presente trabalho tem o objetivo de levantar questões para o processo de inclusão obrigatório nas instituições de ensino da rede privada e pública. Pretende ainda, apresentar um modelo de auxílio à inclusão com o acompanhamento de um profissional da psicopedagogia abordando as considerações inerentes a esse processo, levando à reflexão do papel fundamental desse profissional. Discute-se também ponderações sobre a tutoria como uma ferramenta para inclusão e também de refletir sobre seus aspectos e as intervenções possíveis para um trabalho efetivamente inclusivo visando o aluno, a escola, a família e o tutor.

**Palavras – chave:** Psicopedagogia, Inclusão Educacional, Tutoria.

**Abstract:**

This paper aims to raise questions for the inclusion process mandatory in educational institutions in the public and private network. It also intends to present a model for the inclusion assists with the accompaniment of a professional educational psychology addressing the considerations inherent in this process, leading to a reflection of the role that professional. We also discuss considerations about mentoring as a tool for inclusion and reflect on aspects and possible interventions to work effectively inclusive targeting the student, the school, the family and the tutor.

**Keywords:** Psychology, Educational Inclusion, Mentoring.

## Sumário

1. Introdução.....	07
a. A inclusão.....	07
b. A legislação sobre a inclusão.....	11
c. A Psicopedagogia: sua história e possibilidades de atuação.....	13
2. Relato de experiência .....	16
3. A Psicopedagogia nesse processo.....	23
4. Considerações finais.....	29
5. Referências Bibliográficas.....	32
6. Anexos.....	34
a. Atividades adaptadas .....	34
b. Modelo de Termo de Consentimento .....	37

## **1. Introdução:**

O problema estudado nesta monografia aborda sobre o papel que desempenha o psicopedagogo no processo de inclusão educacional. Trata-se de uma reflexão teórica e de relato de experiência da atividade de tutoria no processo de inclusão, em uma escola privada de Educação Infantil. O objetivo é analisar a bibliografia existente sobre o assunto e levantar hipóteses sobre a questão da tutoria como uma ferramenta importante para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, doravante denominado alunos com NEE.

Nesse contexto compreender as dificuldades encontradas nessa instituição escolar para atingir a inclusão é fundamental. E por fim analisar os fatores que influenciam e determinam a participação do psicopedagogo nesse processo.

### **1.a. Inclusão:**

Para iniciar a discussão do tema proposto, trazemos a LDB 9394/96, que dispõe:

*“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.  
(MEC/SEESP, 2001).*

Retomando a história da inclusão de pessoas com direito à inclusão, podemos dizer que existem dois marcos internacionais fundamentais que evidenciam o compromisso do Brasil com a educação inclusiva: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (ONU, 1990) e a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Práticas para as Necessidades Educacionais Especiais e Linha de Ação (UNESCO, 1994).

O compromisso do Estado de promover uma melhoria no acesso à educação para todas as crianças, independentemente de quais sejam as suas necessidades de aprendizagem, previsto nestes documentos, representou uma

opção pela construção de um sistema educacional inclusivo e trouxe como desdobramento mudanças na legislação e nas diretrizes educacionais em nosso país. Um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (Brasil, 1996) prevê que se adote, como alternativa preferencial, o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais – NEE – na rede pública regular de ensino. Em 2001, a resolução que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) explicita de forma inequívoca a obrigatoriedade das escolas de receberem todos os alunos, tarefa para a qual elas devem se organizar.

A partir dessa determinação a escola como um todo, se depara com esse novo desafio: organizar-se para atender as necessidades educacionais de todos. Diante dessa realidade é inevitável surgirem questões como: o que ensinar? Como ensinar? Quais são as condições necessárias e imprescindíveis para garantir uma educação de qualidade para todos? E talvez, a principal questão seja: o que é inclusão?

Segundo Mantoan (2005), inclusão:

*“... a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. [...] estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.*”

Sabemos que o sistema de ensino brasileiro possui uma grade curricular rígida que baseia seus conteúdos programáticos no desenvolvimento cognitivo determinado por faixas etárias. Diante da necessidade da inclusão, nos deparamos com novos desafios, que envolvem professores, diretores e todo o corpo escolar. A inclusão de crianças com necessidades especiais, só ocorrerá quando as práticas e as políticas pedagógicas respeitarem as individualidades e limitações de cada um.

A educação apresenta, segundo Paín (1985), quatro funções independentes: a) Função mantenedora: dela dependem as transmissões

culturais, a vigência histórica da humanidade; b) Função socializadora: por meio dela, o sujeito se identifica com o grupo e se submete ao conjunto de normas; c) Função repressora: a escola representa um instrumento de controle e conservação da reprodução; d) Função transformadora: apesar de transmitir normas prontas a serem reproduzidas, elas podem sofrer rupturas a partir de posturas individuais e transformadoras. Segundo essa visão, a educação pode-se dar como processo alienante ou possibilidade de libertação.

Cabe ressaltar que tais processos de educação descritos acima, ocorrem, na maioria das vezes, dentro da instituição escolar. Instituição que tem como objetivo a inclusão de todas as crianças, sem distinção, como já foi citado e declarado em forma de lei. O sujeito que não aprende, dentro dessas instituições, não concretiza nenhuma das funções de educação descritas por Paín (op. cit.), portanto é julgado como fracassado diante da escola e acaba por sucumbir a tal fracasso.

No processo de inclusão educacional considera-se fundamental introduzir o profissional psicopedagogo que estuda como ocorre o processo de construção de conhecimento de pessoas singulares. Faz parte desse estudo identificar os pontos que possam, porventura, estar dificultando essa aprendizagem; atuar de maneira preventiva para evitá-los e, ainda, propiciar estratégias e ferramentas que possibilitem facilitar esse aprendizado. O psicopedagogo tem um papel importante nesse processo de inclusão, é ele que dará o suporte à família e apoio ao educador e à instituição escolar, representando a ponte tríplice entre o aluno e o educador com suas angústias e sua subjetividade, e a instituição com suas dúvidas e dificuldades.

Uma das educadoras que atuou no processo de inclusão que será apresentado diz em seu relato: “Quando soube que ia dar aula para uma turma que tinha uma criança de inclusão, fiquei muito apreensiva e passei a pesquisar muito sobre a deficiência de minha aluna.” Essa fala nos faz pensar na angústia desse educador que recebe um aluno que precisa ser atendido nas suas dificuldades e particularidades, sem deixar de ter um olhar atento e não menos preocupado, com os demais integrantes do grupo de alunos. Podemos então, questionar se a escola enquanto instituição consegue abranger todas

essas questões e reflexões que surgem a partir do momento em que a inclusão se torna realidade.

Winnicott (2011) diz que:

*“A maturidade do ser humano é uma palavra que implica não somente crescimento pessoal, mas também socialização. [...] O valor dessa abordagem é que ela nos permite discutir ao mesmo tempo, os fatores pessoais e ambientais. [...] Há tudo que é herdado, incluindo os processos de maturação, e talvez, tendências patológicas herdadas; estas têm uma realidade própria, e ninguém pode alterá-las; ao mesmo tempo, o processo maturativo depende para a sua evolução da provisão do ambiente. Podemos dizer que o ambiente favorável torna possível o progresso continuado dos processos de maturação.”*

A afirmação do autor possibilita questionamentos sobre como a escola pode e deve utilizar o apoio psicopedagógico nos processos de ensino/aprendizagem, no contexto da inclusão, afinal independente de tendências patológicas o ambiente torna-se fundamental no processo de maturação do indivíduo, ambiente que pode ser transformador ou repressor.

O interesse em pesquisar como a intervenção psicopedagógica pode contribuir para a inclusão escolar é devido à crescente procura de pais com filhos matriculados na rede regular de ensino, por psicopedagogos. Os fatores que levam a família a procurar esse profissional são muitos. Entre eles podemos apontar a necessidade de informação da família sobre os processos de ensino-aprendizagem além da ansiedade para que o filho aprenda e seja aceito no ambiente escolar. Existem ainda as indicações da escola, que muitas vezes, também está sem informações e precisa obrigatoriamente cumprir a lei da inclusão.

Esse trabalho apóia-se em bases bibliográficas bem como em determinações de leis federais e estaduais que viabilizam a inclusão educacional e apresenta o relato de experiências de inclusão com o auxílio de tutoria. Abordará também, a importância do psicopedagogo como profissional fundamental para que sejam respeitadas e cumpridas as leis determinantes com qualidade e respeito ao indivíduo aprendente e ensinante.

A sociedade atual com toda sua evolução tecnológica, acessível à grande parte da população, exige da educação novas perspectivas e práticas que atendam essas exigências e o público com necessidades educacionais especiais, inclusive com adequações de instalações e mobiliários importantes e necessárias para atendê-los. Essas mudanças sociais refletem também na necessidade de uma atuação efetiva para o cumprimento das leis federais e estaduais que buscam garantir a toda população direitos de igualdade e atendimento. É possível observar através do histórico dessas leis, a garantia aos portadores de necessidades especiais de acesso à educação de qualidade que atenda sua demanda.

Com base nessa nova perspectiva, que denominamos *Inclusão Social*, surge um novo profissional na rede escolar que se tornou fundamental para facilitar tais processos agora determinados por leis, esse profissional é apresentado nesse trabalho como *tutor*. Caberá a ele a função de auxiliar a criança no processo de aprendizagem e socialização, tornando a inclusão um processo possível e verdadeiro. Hoje em dia, observa-se que muitos alunos são inseridos nas salas de aulas regulares apenas para o cumprimento da lei e não para verdadeiramente viverem os benefícios educacionais e sociais que todos podem ter com a inclusão, o que pode caracterizar o que se denomina a exclusão da inclusão. Utilizar o apoio do tutor pode mudar esse quadro favorecendo que o aluno com NEE seja acolhido e tratado na sua diferença.

### **1.b. A Legislação e a inclusão:**

Analisando a legislação brasileira, observa-se que a Constituição de 1988, já previa a igualdade entre homens e mulheres sem distinção, marco inicial e importante para a formação de uma sociedade sem discriminação. Em 1989 foi decretada a Lei nº 7853, que descrevia com maiores detalhes os direitos de pessoas com necessidade especial, já citando sua inclusão no sistema educacional.

Em 1994, é promulgada a Declaração de Salamanca, onde 88 governos e 25 organizações educacionais se reuniram para discutir e estabelecer os direitos dos portadores de necessidades especiais. Essa declaração estabeleceu um marco na história da inclusão social, quando estabelece que

uma pedagogia centrada na criança, beneficia todos os estudantes e a comunidade como um todo.

No Brasil a Lei 9394/96 que define, estabelece um capítulo exclusivo dedicado à educação especial. Entre muitas especificações sobre como a inclusão deve acontecer, o artigo 58, parágrafo primeiro da lei determina que: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.”

Em 1999, o decreto nº 3.298 regulamenta a Lei nº 7.853, de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência consolidando as normas de proteção.

Em 2001, a Lei 10.172, aprova o Plano Nacional de Educação, que estabelece vinte e oito objetivos e metas para educação de pessoas com necessidades especiais de educação. Também em 2001, a Convenção da Guatemala determina a eliminação de toda forma de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

No ano de 2002, surge a primeira iniciativa no que diz respeito à formação de professores. A Resolução do Conselho Nacional de Educação determina que a formação dos professores que atuam na educação básica deve ser de curso superior e que os currículos contemplem a diversidade e conhecimentos sobre as especificidades dos alunos.

Também no ano de 2002, o Brasil dá um grande avanço e com uma lei importante para o desenvolvimento da inclusão no país, a Lei nº 10.436 que estabelece o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) como constitucional e, assim, fica garantida por lei a inclusão de surdos na rede escolar. Em 2004, o decreto nº 5.626/05 estabelece a inclusão do ensino de Libras como disciplina curricular na formação e certificação de professor (curso de pedagogia e Licenciatura), de tradutor, de instrutor e nos cursos de fonoaudiologia.

Apesar dos esforços e alterações nas leis referentes à inclusão na rede escolar, na prática o projeto ideal está longe de ser atingido. Em mais uma tentativa de apoio e subsídios para a inclusão, o MEC em outubro de 2007,

elabora um documento denominado: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esse documento reconhece as dificuldades encontradas no sistema de ensino na tentativa de tentar superá-las. Também faz uma revisão das leis de inclusão social e uma análise dos processos na rede de ensino e estabelece, entre outros indicativos, que o aluno com NEE deve ter atendimento educacional especializado. Ainda prevê a formação de professores para o atendimento especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

A partir dessas leis surge um novo campo de atuação para a psicopedagogia que é auxiliar o processo de inclusão de alunos com NEE. Junto com esse novo campo, também surge uma nova questão para os psicopedagogos, será que as instituições que formam esses profissionais estão preparadas para essa demanda? Se que a formação dos psicopedagogos abrange a atuação nesse campo de atendimento?

### **1.c. A Psicopedagogia: sua história e seu campo de atuação:**

*“A Psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio - família, escola e sociedade - no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia.” (Bossa,2000)*

A história da psicopedagogia se inicia na Europa em meados de 1946, quando foram fundados os primeiros centros psicopedagógicos que possuíam direção médica e pedagógica. Esses centros atendiam crianças que não se comportavam conforme os padrões, tanto na escola quanto em casa. Os atendimentos abrangiam áreas da psicologia, psicanálise e pedagogia.

No Brasil a história da psicopedagogia tem início a partir da década de 1970 com forte influência de psicopedagogos argentinos e com o apoio da Associação Brasileira de Psicopedagogia- ABPp, ganha reconhecimento e espaço no cenário brasileiro. Entre 1995 - 1996 foram elaborados vários documentos explicitando seu campo de atuação, sua área científica, sua

contribuição e seus critérios de formação acadêmica. Até hoje os trabalhos dos autores argentinos são referências para as intervenções na área de psicopedagogia no país.

A Psicopedagogia constitui-se como área de conhecimento por seu objeto específico, o processo de aprendizagem e as dificuldades dele decorrentes, e se afirma pelo desenvolvimento de instrumentos específicos de abordagem de seu objeto. Tem sido aceita e reconhecida como especialização pelo INEP/MEC.

O psicopedagogo trabalha essencialmente com o fenômeno aprendizagem, em uma compreensão mais ampla que enfoca o processo educativo na vida, na sociedade e nas relações.

A partir da demanda da educação que está cada vez mais fragmentada, ou seja, onde se pensa apenas no papel que a escola deve cumprir no sentido de transmissão de conhecimentos ignorando a subjetividade do aluno e suas interações sociais, e assume a obrigatoriedade da inclusão escolar, o psicopedagogo tem sido cada vez mais solicitado não apenas em ambientes escolares, onde seu papel já é reconhecido, mas também em outras instituições como hospitais e empresas de grande porte. Os históricos das leis de inclusão e o crescimento da atuação do psicopedagogo nos faz refletir e argumentar sobre a necessidade desse profissional no momento histórico atual da educação brasileira.

Segundo Fernández(1991), psicopedagoga argentina, que muito tem contribuído para os trabalhos e reflexões no Brasil, para existir uma verdadeira aprendizagem: “...*necessitam-se dois personagens (ensinante e aprendente) e um vínculo que se estabelece entre ambos*”.

Esse vínculo surge já no ventre materno onde, para Winicott (op.cit), a criança nasce indefesa. É um ser desintegrado, que percebe de maneira desorganizada os diferentes estímulos provenientes do exterior. O bebê nasce também com uma tendência para o desenvolvimento. A tarefa da mãe é oferecer um suporte adequado para que as condições inatas alcancem um desenvolvimento ótimo. À medida que o desenvolvimento progride, a criança

tem um ego relativamente integrado, e com a sensação de que o núcleo do si-próprio habita o seu corpo. Ela e o mundo são duas coisas separadas. A etapa seguinte é conseguir alcançar uma adaptação à realidade. À medida que o bebê vai se desenvolvendo, as relações sofrem modificações e vão sendo mais e mais ampliadas. Em muitos casos, desde cedo inicia o contato com os irmãos, avós, primos, tios e/ou babás. O bebê estabelece diferentes vínculos com as pessoas envolvidas, mostra ser um agente ativo nos vínculos estabelecidos. Cada vez com maior frequência e mais cedo as relações sociais vão além do convívio familiar. As crianças dão continuidade ao seu desenvolvimento nas primeiras escolas de educação infantil ou creches, onde distanciados da mãe, constroem novas aproximações entre cuidadores e colegas.

O psicopedagogo vem auxiliar e encontrar caminhos na construção do processo de aprender.

É com essa interpretação abrangente dos processos do aprender, que o psicopedagogo vem contribuir com a nova realidade educacional que, apesar dos avanços, continua engessado, transmitindo conteúdos e avaliando de forma pouco flexível, buscando atingir o objetivo de atender todas as crianças sem distinção.

Nos capítulos seguintes serão apresentados os relatos de experiência e discutidas as questões suscitadas por eles, bem como serão abordados os referenciais teóricos sobre o assunto.

## **2. Relato de experiência:**

O primeiro contato com o trabalho do tutor surgiu em uma escola privada que atende crianças do berçário (quatro meses) até o 9º ano e segue as determinações legais referentes à obrigatoriedade da inclusão de alunos com NEE. Entretanto, para cumprir a legislação, a escola coloca como exigência a contratação de um tutor para qualquer situação de inclusão.

O objetivo do tutor na Educação Infantil, para a escola, é cuidar do bem estar físico desse aluno no período escolar e acompanhar o desenvolvimento e execução das atividades propostas para o grupo, que são adaptadas para a realidade do aluno incluído e ajudá-lo, quando necessário.

Inicialmente a escola não determinou critérios de contratação, podendo o tutor ter qualquer nível de formação. A indicação do profissional poderia ser realizada pela escola ou a própria família se incumbiria de escolher, mas era necessária, em qualquer situação, a aprovação familiar. A proposta da escola sugere que o tutor seja um funcionário da família, que deve se responsabilizar por toda questão contratual e salarial, incluindo o pagamento de direitos trabalhistas e a aquisição de uniformes da escola para o horário de trabalho, assumindo, assim, a responsabilidade financeira.

Neste trabalho de monografia, serão descritas e analisadas duas experiências de tutoria, que ocorreram exclusivamente na Educação Infantil, pois foi possível acompanhar integralmente esses processos. Os nomes das crianças e das tutoras foram substituídos, garantindo dessa maneira, a privacidade das famílias. O objetivo é relatar essas experiências e realizar uma análise dos pontos positivos e entraves que ocorreram no processo de tutoria.

A primeira tutora trabalhava na mesma escola como cuidadora de classe no período contrário à tutoria e sua formação, até então, era o ensino médio completo. A segunda tutora foi sugestão da família que a conhecia pessoalmente, essa tutora já havia concluído o ensino superior em pedagogia.

A primeira experiência de tutoria a ser relatada foi indicada para uma criança que apresentou parada respiratória durante uma cirurgia de coração, já com dois anos de idade. Essa falta de oxigenação ocasionou uma lesão cerebral e as sequelas foram crises de epilepsia e dificuldades motoras que afetaram, em especial, o lado direito do corpo e os comandos dos membros inferiores. A partir desse diagnóstico a tutoria se tornou fundamental, pois as crises de epilepsia exigiam um acompanhante em período integral. Como citado anteriormente, a tutora foi sugerida pela escola e contratada pela família após uma entrevista.

A família procurou a escola por orientação da equipe de terapeutas que acompanhavam o desenvolvimento da criança, que nesse trabalho chamaremos de Eduarda. A aluna foi matriculada no grupo de crianças de quatro anos, respeitando a idade cronológica, em nenhum momento foram sugeridas ou realizadas avaliações de nível cognitivo. Esse grupo, na escola, é denominado Infantil I. O objetivo principal da E. na escola, segundo as terapeutas e família, seria a socialização, pois devido ao grande número de terapias e intervenções médicas, ela não tinha amigos e convivia na presença apenas de adultos em sua rotina.

Para recebê-la, foram feitas adaptações no mobiliário escolar, seguindo recomendações da fisioterapeuta e da terapeuta ocupacional. Além de reuniões com a mãe e equipe escolar, a escola precisou ainda, solicitar à empresa de regulamentação de trânsito, a vaga preferencial de estacionamento.

A tutora contratada para esse caso, já era funcionária da escola e exercia a função de cuidadora, pois sua formação era apenas o ensino médio completo. A instituição sugeriu que a tutora, que chamaremos de Bianca iniciasse o processo de adaptação com a Eduarda antes mesmo do início das aulas. Sendo assim, B. acompanhou a criança nas terapias, tirando dúvidas de como agir em casos de crises de epilepsia e foi orientada como segurá-la, ajudá-la a andar e sentar. Nesse período E. usava fraldas e a tutora deveria cuidar também da sua higiene.

Após esse processo, no ano de 2011, E. iniciou sua vida escolar. A adaptação estava programada para ser gradativa, pois a escola age dessa maneira com todos os alunos novos. Precisou apenas de dois dias nesse esquema para se adaptar aos horários e rotina, após isso começou a frequentar a escola durante todo o período. A adaptação surpreendeu a família, equipe escolar e terapeutas, e a influência positiva da inclusão escolar foi rapidamente percebida por todos.

E. fazia atendimento com fisioterapeutas, fonoaudiólogo e pedagoga especializada, além de equoterapia. Tomava remédios controlados, que ajudavam com as crises de epilepsia, mas também tinham efeitos colaterais como sono excessivo. A pedagoga que a acompanhou durante todo o ano, fez um relatório detalhado sobre os conhecimentos e aspectos relacionados ao seu desenvolvimento global com ênfase na área pedagógica e evidenciou a dificuldade na aprendizagem, devido ao número de crises apresentadas na sessão.

Durante todo o ano de 2011, na escola, a criança foi acompanhada pela Bianca, sua tutora. Esta já conhecia a rotina e metodologia de trabalho, pois como descrito anteriormente, já havia trabalhado na instituição. Os objetivos foram mudando conforme a evolução de E, pois a socialização, objetivo inicial, foi facilmente atingida.

Dessa maneira, os objetivos iniciais foram alterados e os processos de aprendizagem começaram a ser abordados. As terapeutas fizeram algumas observações específicas de como melhorar ainda mais o ambiente escolar, de maneira que cada detalhe estivesse pensado em melhorar as condições e aprendizagem da criança. Pequenos detalhes foram sugeridos, como a posição ideal para deixar o estojo e, dessa maneira estimular o lado do corpo mais debilitado; iniciamos a utilização de um andador adaptado, o que facilitava a locomoção pela escola e, conseqüentemente, ampliava as possibilidades de aprendizagem. Diariamente anotávamos para a família o principal conceito trabalhado em sala, dessa maneira a mãe poderia retomar com a filha, pois, devido às crises, ela perdia muitos detalhes da rotina escolar. Após uma reunião com a pedagoga, definimos que os conteúdos trabalhados na escola

na turma do Maternal II, nível anterior ao que cursava, seriam desenvolvidos na terapia. Esse trabalho foi pouco produtivo e durou pouco tempo, pois as crises de epilepsia aumentaram.

Diante da situação apresentada, podemos pensar que os objetivos da tutora também foram alterados. A coordenação, em comum acordo com a direção, orientou que a professora daria as coordenadas coletivas, e a tutora deveria fazer a intervenção específica e adaptada para a aluna. O papel do educador foi estabelecido como o de intervir sempre que necessário e fazer constantemente as orientações para a tutora e aluna. É do educador a função de avaliar o desenvolvimento e traçar estratégias, e para tanto são utilizados os relatórios de avaliação elaborados internamente na escola que abrangem o desenvolvimento social, leitura e escrita, conhecimento lógico matemático: números, quantidades, conservação e classificação.

Apesar da avaliação e conceitos serem padronizados, a avaliação é realizada individualmente levando em consideração o desenvolvimento exclusivamente do aluno, de onde ele partiu e o que ele elaborou e construiu durante o bimestre.

Durante esse processo, professora e coordenação adaptaram a maneira da E. fazer seu registro, e confeccionaram letras e números móveis de papel para Bianca apresentar à aluna que escolhia a letra ou número que considerava adequado. A adaptação foi explicada para a tutora, mas a partir desse momento, sentimos a primeira dificuldade. Pela falta de vivência educacional, a tutora, não conhecia as fases de desenvolvimento da escrita, e talvez, inconscientemente induzia a escolha das letras ou apresentava para E. somente as que realmente completavam corretamente as palavras. Existia ainda, a preocupação com a colagem perfeita dessas letras ou números, o que inibia muito o processo de aprendizagem. As orientações para a tutora, nesses casos, foi feita pela professora da sala e coordenação.

A segunda questão nesse processo de tutoria surgiu na primeira falta da aluna à aula. Nesses dias em que ela não comparecia, a família pedia que a tutora cumprisse o horário de trabalho na casa da criança. Nesse período, não necessariamente, a tutora poderia trabalhar com conceitos pedagógicos, mas

também fazia companhia, brincava, assistia a filmes, entre outras atividades. É papel da tutora, acompanhar o aluno fora do ambiente escolar? Se é funcionária da família ela deve acompanhar o aluno dentro e fora da escola? Não estaríamos confundindo os papéis do tutor com o acompanhante terapêutico, doravante denominado AT? Será que essa relação é saudável e produtiva para o objetivo da inclusão na escola?

No segundo ano da aluna na escola, já no Infantil II (2012), a dificuldade foi outra. A tutora continuava a mesma e estava cada vez mais envolvida com a aluna e sua família. Esse envolvimento trouxe outra questão a ser avaliada. As duas, tutora e aluna, pareciam duas irmãs no ambiente escolar: discutiam sobre o que é regra para todos e a E. não executava o que era pedido, não obedecia à tutora, muitas vezes a agredia verbalmente, e esta por sua vez ficava magoada com essas atitudes. Cada vez mais a professora intervinha nessa relação. Em muitas situações a coordenação era solicitada para mostrar à aluna que as regras eram da escola e não da tutora, e por isso deveriam ser respeitadas.

Nesse mesmo ano, 2012, a instituição recebeu mais um aluno NEE que será chamado de Léo, de quatro anos de idade. Ele foi indicado pela mãe da Eduarda que, assim como Léo, encontrou dificuldades para matricular seu filho na escola regular. Em alguns momentos ficavam inseguras com a postura da instituição, em outros não eram bem recebidas ou ainda, percebiam a falta de adequações ou possibilidade de adequações para inclusão nas escolas.

Também era o primeiro ano de Léo na escola. Como foi indicado, a família de Léo sabia a maneira como a escola trabalhava com inclusão e tinha conhecimento da necessidade da tutora e de todas as considerações e despesas extras que esse trabalho acarretaria.

Léo tem um irmão gêmeo e no nascimento, faltou oxigenação no cérebro apenas para ele que precisou ficar na UTI por 15 dias. A mãe percebeu aos seis meses que os irmãos desenvolviam-se de maneira diferente, a partir daí, foi buscar apoio médico. Aparentemente foram afetados apenas os esquemas motores e preservados os cognitivos. Para recebê-lo, também foram feitas adaptações no mobiliário e reuniões com fisioterapeuta e fonoaudióloga que o

acompanhavam. As terapeutas fizeram orientações de como acomodá-lo na cadeira adaptada, como movimentá-lo pela escola, organização do esquema corporal e orientações sobre alimentação. Nesse período Léo usava fraldas e a tutora devia cuidar também, da higiene.

Além das profissionais, nos períodos de férias escolares, Léo fazia um atendimento intensivo de fisioterapia, e após esse período a melhora no tônus muscular era evidente. No ano de 2012, foi elaborado um relatório pela fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, que trabalham com o método Medek, onde se colocavam detalhes do trabalho específico realizado com L., fazendo um comparativo do início do tratamento e os progressos apresentados após os estímulos. Esse relatório finalizava com a indicação do acompanhamento de uma psicopedagoga.

Dessa vez, a tutora foi sugerida pela família que contratou uma pedagoga, recém-formada que ainda não havia exercido a profissão e não conhecia a rotina da escola. Da mesma maneira que realizado com E, foi sugerida uma adaptação inicial com a tutora em casa e depois os dois, tutor e aluno, na escola.

A adaptação do Léo foi muito difícil. Ele chorou bastante pedindo pela mãe que, por diversas vezes, o acompanhou no ambiente escolar. Apesar de ter irmãos, ele ficava extremamente incomodado com a presença das crianças e o barulho da escola. A adaptação foi bem gradual e lenta, no final de cada período na escola a tutora o acompanhava até sua casa. O irmão gêmeo também foi matriculado na mesma sala, e apesar de já ter frequentado escola e conhecer o ambiente escolar, precisou também de adaptação. Nesse processo percebemos que a tutora, também se preocupava com o irmão e não apenas com o L.

Inicialmente o objetivo principal do Léo na escola era a socialização. Nesse caso não foi tão simples, mas foi possível. No início desse processo encontramos o primeiro impasse: tutora e auxiliar de sala confundiram os papéis e tanto os alunos da turma quanto a tutora não entendiam com clareza sua função em sala. Em diversos momentos a tutora que chamaremos nesse trabalho de Adriana, ocupou-se de funções que eram da auxiliar de classe, por

sua vez, a auxiliar intimidou-se com a atitude e deixou que a tutora assumisse esse papel perante a rotina escolar e com as crianças da turma.

Outra questão que surgiu foi com relação ao irmão gêmeo, que pela proximidade da tutora em sua casa, entendia que ela também era responsável por ele, e essa por sua vez fazia esse papel. Muitas vezes o defendia em sala, e diariamente informava à mãe o que acontecia na turma.

Também foram feitas adaptações no material de L., mas a tutora não aceitava com tranquilidade as orientações da professora e coordenação. Era evidente que a tutora se preocupava com a socialização do aluno e, nesses momentos aproveitava para interagir com as crianças da turma, tornando-se muito querida pelo grupo de alunos e até pelos pais. Foi uma relação tensa e conturbada.

### 3. A Psicopedagogia nesse processo - Considerações teóricas:

O termo “tutoria” tem uma gama de significados que variam dependendo da abordagem específica da área que se estuda e na qual ele se aplica. Nesse capítulo pretende-se apontar os objetivos, a formação e o nível de comprometimento, entendidos como fundamentais para essa função no ambiente escolar.

Existem diferentes abordagens sobre o tema como os programas de educação à distância, EAD, nesse caso o termo “tutoria” é utilizado com muita frequência. A modalidade EAD trabalha com a inclusão social, no sentido de ampliação do direito à educação para todos. Nesse contexto, a tutoria caracteriza-se:

*“... pelo seu caráter solidário e interativo, possibilitando o relacionamento da pessoa como um ser existente e vivenciado como eu, tu, nós e outros, do que decorre em conjunto de dificuldades, inclusive para colocar-se "entre" outros, como uma presença que se põe intencionalmente.*

*“...O tutor é sempre alguém que possui duas características essenciais: domínio do conteúdo técnico-científico e, ao mesmo tempo, habilidade para estimular a busca de resposta pelo participante”*

Nessa visão, o tutor precisa necessariamente, ter domínio do conteúdo científico, uma vez que um dos objetivos dessa função é exercer o papel de professor, que estimula seu aluno na busca pelo conhecimento. É característica da EAD a utilização da informática, o tutor nesse processo, faz a ponte “humana” da educação esclarecendo dúvidas e incentivando o aluno na busca do conhecimento. Essa característica pode ser replicada na definição do

tutor na sala de aula, uma vez que ele atua na mediação entre o professor e o aluno, fazendo essa intersecção entre o professor-educador e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

É importante esclarecer que o termo “tutor” tem sido utilizado de forma indiscriminada na educação, e em algumas publicações não são contempladas as questões abordadas e valorizadas neste trabalho. Muitas vezes o termo é utilizado sem reflexão e sem ressignificação. O movimento de ressignificação deve superar a ideia do tutor como aquele que ampara, protege, defende, dirige ou que tutela alguém. O conceito tem uma abrangência ainda maior quando mudamos o olhar e pensamos nele como educador, mas não um educador na perspectiva da EAD, e sim o educador físico, humano que entende o vínculo como fundamental para os processos de aprendizagem e que percebe a subjetividade presente na rotina escolar, sabe valorizar essa vivência junto ao aluno.

A ideia de tutor na inclusão educacional abordada no contexto deste trabalho se aproxima ao termo, “acompanhante terapêutico”, doravante denominado AT, utilizado na saúde mental. Inicialmente cunhado na área da saúde, surgiu no atendimento realizado em saúde mental como um dispositivo de interação psicossocial do paciente, sendo mais um instrumento na reabilitação de pessoas com problemas mentais severos, agindo em conjunto com outros programas e serviços. Assim, um AT tem como objetivo:

*“...ocupar-se também do cotidiano, do tempo, do espaço, do trabalho, do lazer, do ócio, do prazer e da organização de atividades conjuntas. Em consonância com o processo de reabilitação, espera-se que os profissionais trabalhem enfatizando as partes mais sadias e as potencialidades do indivíduo, mediante uma abordagem compreensiva, oferecendo suportes: vocacionais, sociais, recreacionais, residenciais, educacionais, ajustados às demandas singulares de cada indivíduo”(Pitta apud Pitia, 2001).*

A partir da definição do conceito de AT, pensou-se em uma proposta de tutoria para alunos NEE, porém que se adequasse às necessidades da escola. Da mesma forma que se enfatiza a importância do AT no processo de reabilitação focando as potencialidades individuais e sadias do indivíduo, o

tutor poderá desenvolver essa mesma atitude no ambiente escolar com o aluno com NEE.

Nessa perspectiva, Noffs, e Torres, (2011) abordam em seu artigo algumas características que nos ajudam a definir com mais clareza o papel desse facilitador no processo de inclusão na escola. Segundo elas:

*Primeiramente, ser tutor é ser um educador integral, uma pessoa capaz de aconselhar o aluno nas situações do processo de ensino e aprendizagem, desta forma, entendemos que o tutor deve ser um profissional especializado, com experiência na ação docente e/ou coordenação educacional. Nesta ação de tutoria, o professor-tutor exerce a função de acompanhar, apoiar e orientar os educandos em seus diversos aspectos do indivíduo: pessoais, afetivos, sociais, profissionais e educacionais, constituindo-se como adulto-referência.*

Argüis (apud Noffs 2011) autor espanhol, afirma que: “o tutor é um orientador da aprendizagem, dinamizador da vida sócio afetiva da sala de aula e orientador pessoal, escolar e profissional dos alunos”. Nesse artigo, o papel do tutor é visto de forma ampliada não só na rotina escolar do aluno com NEE, mas também na formação do indivíduo por completo, abrangendo os aspectos pedagógicos relacionados ao conhecimento, e também, especialmente, o desenvolvimento social e emocional. Conhecimentos que, em geral, são abordados de maneira superficial na escola e no trabalho inclusivo.

Considera-se pertinente apresentar outra abordagem explicitada por Safra (2006) que expõe o conceito *placement* cunhado por Winnicott. Esse conceito foi utilizado em ambientes terapêuticos por Safra, como uma modalidade clínica de intervenção. Segundo ele, *placement*, oferece um “lugar”, onde o *eu* pode existir. “No *placement* o que se busca é a possibilidade de o indivíduo ser colocado em uma situação que responda as suas necessidades para que possa ser acompanhado em seu tratamento”

Podemos propor uma aproximação desse conceito para o trabalho de tutoria em escola e ressaltar a importância do aluno se sentir pertencente ao “lugar”, nesse caso específico pertencente à escola. Sentir que esse ambiente oferece muito mais que conceitos pedagógicos, ele oferece um espaço para *ser e crescer* no sentido amplo da constituição do *eu*.

Quando falamos em *placement*, ampliamos ainda mais o papel do tutor. Abrir possibilidades para o aluno e fazê-lo se sentir pertencente e ter existência em um “lugar”, ultrapassa a simples necessidade de ter conhecimento do conteúdo ou possuir determinada formação pedagógica. Pensar nessa abordagem engloba uma formação e um trabalho mais específico do tutor que amplia sua formação. Nessa linha de abordagem, pensando na qualificação profissional do tutor, podemos afirmar que, para exercer essa função complexa, o tutor deverá ter conhecimento da instituição escola e da prática pedagógica, além de disponibilidade e comprometimento para estar com uma criança ou jovem que necessita de sua mediação a fim de que o processo de ensino/aprendizagem se estabeleça.

Safra (2006) aborda a importância do diagnóstico das necessidades da criança, após esse processo de reconhecimento pessoal, o que torna possível a criação e a realização do acompanhamento. É preciso levar em consideração, a importância da subjetividade nesse processo, pois o paciente ou o aluno, frente ao acompanhante terapêutico ou tutor, se beneficia dessa composição reconhecendo a si próprio diante do outro. Mais uma vez podemos pensar no objetivo real da presença desse tutor na vida escolar do aluno e, partindo desse objetivo pensar e refletir sobre a necessidade de formação qualificada para essa função.

A partir dos diferentes enfoques sobre o assunto, podemos dizer que o tutor tem um papel de relevância no processo de inclusão. As abordagens apresentadas deixam claro que a função de tutor exige o acompanhamento de um profissional que dê suporte nessa relação de subjetividade, bem como oriente, em conjunto com educador e família, a melhor maneira de estimular o desenvolvimento das diferentes habilidades do aluno, respeitando suas individualidades.

Apesar do avanço nas leis que protegem o aluno com NEE, podemos dizer que no que se refere à formação de profissionais, estamos caminhando muito lentamente. A demanda para inclusão é grande e os profissionais não são capacitados para atender de forma eficiente as necessidades que a função

exige. É nessa situação de vicissitudes que pensamos no psicopedagogo como profissional essencial nesse processo.

Gertel (2008), em sua dissertação, apresenta um estudo de caso, evidenciando o papel que a fonoaudióloga exerce, caminhando na mesma direção que o trabalho se propõe acompanhado pelo psicopedagogo. A autora faz reflexões sobre a importância no atendimento à família. Nesse sentido o fonoaudiólogo assume o papel de mediador entre a criança e a família, como “...não alguém que detém a receita ou a fórmula do que fazer com a criança com necessidade especial, mas, ao contrário, como parte de um ambiente humano onde se cria a oportunidade de um devir.”

É possível pensar no psicopedagogo como esse mediador não apenas entre a escola e família, mas ampliando as possibilidades do aluno através do trabalho com a tutora. O psicopedagogo que atua na área de educação pode auxiliar a família, a escola e o tutor a encontrar novos caminhos, sempre com foco no objetivo principal que é a aprendizagem.

A proposta do profissional de psicopedagogia no processo de inclusão assumida neste trabalho, é que ele seja o interlocutor da criança com a escola, a família e o tutor. O psicopedagogo no atendimento à escola, ao tutor e à família deverá conscientizá-los acerca da necessidade de propiciarem o respeito à singularidade de cada criança. Prover condições e estratégias para que a escola se transforme em um ambiente favorável para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais, favorecendo mudanças na constituição de suas relações interpessoais e abrindo caminho para que se consolide sua inclusão na comunidade.

A partir desta perspectiva, é possível pensar na ação psicopedagógica junto à educação a fim de procurar construir, em parceria, práticas mais significativas de ensino e aprendizagem. Acolher a diferença, na prática significa perceber que a singularidade não é prerrogativa de pessoas com necessidades educacionais especiais, faz parte da constituição subjetiva de toda e qualquer pessoa.

O trabalho com a intervenção e apoio do psicopedagogo que se propõe, aponta para reflexões acerca da constituição de cada indivíduo em seus aspectos físico, emocional e social. Pretende-se enfatizar a necessidade de um olhar diferenciado e único para o aluno e para o ambiente a que pertence que inclui a família, a escola e a comunidade, a fim de que seja possível acolher a queixa e a demanda de cada inclusão. Ao mesmo tempo o trabalho do psicopedagogo junto à educação caminha na busca de construir, em parceria, uma prática mais significativa de ensino e aprendizagem de ampliando seus parâmetros para decidir a adaptação do conteúdo pedagógico a ser trabalhado com cada aluno, além do apoio necessário ao tutor.

O processo de inclusão gera desafios e angústias em todos os envolvidos, sejam eles educadores, coordenadores, tutores e/ou funcionários em geral. Esses sentimentos decorrem, principalmente, do estar diante de algo novo, de alguém que demanda questionamentos quanto às propostas pedagógicas, sociais e afetivas da escola e, conseqüentemente do tutor.

O psicopedagogo pode ainda, ampliar o entendimento sobre a função do tutor na inclusão educacional tanto para família quanto para a escola, possibilitando detalhar as qualificações e comprometimento necessários para essa função. Valorizar o trabalho do educador torna-se, da mesma maneira, imprescindível, uma vez que a presença do tutor na sala de aula pode gerar inseguranças e questões.

A partir dos diversos pontos de vista abordados durante este trabalho, podemos dizer que o tutor traz a possibilidade de uma verdadeira inclusão com o objetivo de que o indivíduo seja respeitado na sua subjetividade. Entende-se que o tutor, para assumir esse papel, deverá possuir uma formação de nível superior que o possibilite atuar na área da educação.

Podemos pensar ainda que, se o tutor possui uma formação de nível superior e é valorizado na função que exerce, não deverá tornar-se um funcionário da família que fica à disposição para trabalhar em qualquer ambiente ou situação. Se considerada essa valorização, a família entenderá a função do tutor no ambiente escolar exercendo o apoio à inclusão educacional,

e por consequência a necessidade da contratação e suas implicações. Fica claro que o tutor tem um papel fundamental no ambiente escolar e cabe à família os cuidados fora desse ambiente. Da mesma maneira que é importante esclarecer o tutor não assume o papel do educador nem a responsabilidade de adaptar as atividades pedagógicas, se necessário.

#### **4. Considerações finais:**

Seja por conta de exigências legais ou por iniciativa da própria escola, o tema inclusão tem mobilizado os profissionais da área educacional e clínica. Trata-se de um tema polêmico, capaz de gerar desafios e angústias em todos que se encontram envolvidos direta ou indiretamente neste processo, principalmente, por conta de questionamentos quanto às propostas pedagógicas, sociais e afetivas, onde se compreende a importância do vínculo no processo de aprendizagem e, em especial no processo de inclusão educacional.

As duas experiências de inclusão com a introdução do tutor no ambiente educacional foram apresentadas na intenção de oferecer subsídios para discussão e reflexão. Muitas questões puderam ser levantadas e algumas foram esclarecidas, entretanto a conclusão dessa reflexão não se limita com o fim desse trabalho, mas deve continuar a existir na prática, articulada às teorias apresentadas no decorrer do texto.

Os dois casos relatados nesse trabalho foram encaminhados pela escola para um acompanhamento psicopedagógico das crianças e com proposta de orientações específicas para os educadores e tutores. Nesse contexto, é proposto nesse trabalho a continuidade da pesquisa abrangendo o processo de inclusão educacional na ótica delimitada com o acompanhamento do profissional psicopedagogo.

A pesquisadora está implicada na vivência dos relatos e houve uma reflexão sobre as questões apresentadas, o que permitiu o aperfeiçoamento da

proposta da instituição e estabeleceu alguns critérios para a contratação da tutora.

Com esse novo critério e com a proposta da reflexão sobre o tema, Léo começou o atendimento psicopedagógico e a tutora foi substituída por uma outra pessoa com formação superior e nesse processo a coordenação participou da seleção. A psicopedagoga que faz o acompanhamento clínico com o aluno orienta a tutora e a educadora. As adaptações das atividades realizadas na escola, como as de educação física e registro de escrita, entre outras, continuam sendo feitas pela coordenação, levando em consideração as necessidades da criança e as sugestões das especialistas que acompanham o caso.

Eduarda passou por uma cirurgia e suas crises epiléticas não acontecem mais. Entretanto, perdeu completamente os movimentos dos membros inferiores, precisando de um acompanhamento fisioterápico intenso. Esses acontecimentos afastaram E. da escola a qual, atualmente, frequenta apenas duas vezes por semana e com horário reduzido. A tutora continua a mesma. A família já procurou a pedagoga especializada para continuar o trabalho. Após o levantamento das questões apresentadas, como o vínculo afetivo construído a partir da convivência no ambiente escolar e familiar, a instituição propôs a possibilidade de troca da tutora, porém a família não aceitou e ficou determinado que fossem feitas orientações direcionadas para a tutora. Essas orientações, inicialmente, serão trabalhadas pela instituição, uma vez que a aluna não iniciou o acompanhamento psicopedagógico.

As apresentações acima se tornam necessárias, uma vez que implicam a necessidade de um aprofundamento constante sobre o tema e a intervenção efetiva do psicopedagogo que oferece apoio para esclarecer os papéis e função do tutor do educador e da família em todo esse processo de inclusão educacional, além do trabalho clínico individual e com a escola.

Dessa maneira, o psicopedagogo pode e deve contribuir para a formação continuada de educadores dos sistemas de educação regular e especial, de modo que a escola possa ser compreendida como um espaço

onde todos os que nela se inserem têm um potencial e um papel a desenvolver. Assim, incluir alunos com necessidades especiais deixa de ser visto como resultado de prática específica ou atendimento individualizado somente; ao contrário, passa a ser meta daqueles que acreditam que todos os alunos têm limites e potencialidades que devem ser respeitados.

Fica assinalada nesse trabalho a necessidade de novos estudos e pesquisas direcionados à família, à escola e ao tutor, no sentido de consolidar o lugar do psicopedagogo no atendimento ao contingente humano e o trabalho de tutoria como uma ferramenta para se cumprir a obrigatoriedade da inclusão de maneira digna e que dê, efetivamente, condições do aluno com NEE ser incluído como um cidadão com direitos e deveres na sociedade.

Esse trabalho apresentou questionamentos e angústias dos profissionais envolvidos no processo de inclusão e como e porquê o psicopedagogo torna-se fundamental e decisivo para o sucesso desse novo desafio, valorizando os alunos com NEE na sua individualidade e subjetividade, abrangendo de maneira efetiva, seus aspectos positivos. Para atender a demanda da inclusão, foi proposto a tutoria para facilitar esse processo por meio do acompanhamento do psicopedagogo e apoio de toda instituição envolvida.

Foi possível proporcionar o esclarecimento de diferentes questões sobre a inclusão e apresentar outros entraves, abordar as muitas questões que envolvem educador, família e escola e entender que esse tema traz muitas reflexões e que não se limitam ao fim desse trabalho.

Dessa maneira, conclui – se que é necessário ampliar os estudos e pesquisas para fundamentar o trabalho do tutor na inclusão e efetivar o papel decisivo do psicopedagogo nesse processo, abordando todas as partes envolvidas.

## 5 . Referências Bibliográficas:

ABPP – Associação Brasileira de Psicopedagogia. Disponível em: <[http://www.abpp.com.br/faq\\_oquee.htm](http://www.abpp.com.br/faq_oquee.htm)>. Acesso em: Junho de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Especial. CARVALHO, Erenice Natália Soares. Educação Especial – Deficiência Mental. Brasília, SEESP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/ Secretária da Educação Especial. MEC; SEESP, 2011.74P.

BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas Sul, 2000.

GERTEL, MCR. O papel do fonoaudiólogo na rede de relações sociais de uma criança com transtorno global do desenvolvimento: estudo de caso (dissertação). São Paulo: Pontifca Universidade Católica de São Paulo; 2008.

MANTOAN, Maria T.E. *Inclusão é o privilégio de viver com as diferenças*: depoimento. [maio, 2005]. São Paulo: **Revista Nova Escola online**. Entrevista concedida a Meire Cavalcante.

NOFFS, Neide; TORRES, Bianca. Tutoria: uma prática educativa para a inclusão social. Disponível em: <<http://www.direcionalescolas.com.br/redacao-escolas/tutoria-uma-pratica-educativa-para-a-inclusao-social>>. Acesso em: Maio de 2013.

PAÍN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Trad. Ana Maria Netto Machado. – Porto Alegre: Artmed, p86, 1985.

PITIA, Ana Celeste de Araújo e FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. **O Acompanhamento Terapêutico (AT): dispositivo de atenção psicossocial em saúde mental**. *Interface (Botucatu)* [online]. 2009, vol.13, n.30, pp. 67-77.

SAFRA, Gilberto. Placement: modelo clínico para o acompanhamento terapêutico. Universidade de São Paulo. **Revista Psychê**. Ano X nº 18 set-2006 p. 13-20.

WINNICOTT, Donald W. *Tudo começa em casa*. 5ª edição. São Paulo: WMF. Martins Fontes. 304 p.

WINNICOTT, Donald W - Principais Conceitos. Disponível em: <<http://artigos.psicologado.com/abordagens/psicanalise/winnicott-principais-conceitos#ixzz2X9eOmuE>>. Acesso em: Abril de 2013.

## **6. Anexos:**

30/04/2013

VISTO  
PROF.ª ELIANE

30 ABR. 2013



## ATIVIDADES

1. CONTORNE A PALAVRA QUE INDICA A CENA EM QUE A CASA ESTÁ ACORDADA.

NOITE

~~DIA~~

2. DESCUBRA O NOME DOS ANIMAIS, MUDANDO A PRIMEIRA LETRA DE **GATO**. COMPLETE E ESCREVA, NOS QUADRINHOS, AS PALAVRAS.



GATO

G A T O



P ATO

P A T O



P A

R A T O

FOTOS: © ACERVO ANGLIO

Obs: atividade adaptada.

5. OBSERVE O DESENHO E COMPLETE AS PALAVRAS COM AS LETRAS QUE FALTAM.



L		V		
	I		R	O



V		O			O
	I		L	Ã	



L	A		P		Ã	
	A	M		I		O

FOTOS: © ACERVO ANGLO



L		N		E	R	
	A	N	T			N A

6. ESCREVA NAS LINHAS AS PALAVRAS QUE COMEÇAM COM A MESMA LETRA.

---



---



---

5-OBSERVE O DESENHO E COMPLETE AS PALAVAS COM A LETRAS QUE FALTAM.



L	I	V	R	O
L	I	V	R	O



V	I	O	L	Ã	O
V	I	O	L	Ã	O



L	A	M	P	I	Ã	O
L	A	M	P	I	Ã	O



L	A	N	T	E	R	N	A
L	A	N	T	E	R	N	A

## **6.b. Modelo de Termo de Consentimento:**

### **Termo de consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado como voluntário (a) a participar do estudo “O Psicopedagogo no processo de inclusão educacional: Tutoria – uma prática possível”.

O objetivo é analisar criticamente o processo de inclusão mediado por tutores realizado em uma instituição de ensino privada. Será utilizado o relato de dois casos que frequentam essa instituição.

Sua participação consiste em responder um questionário com perguntas relacionadas a seu filho, ou seu aluno, ou seu tutorando, referente a dados pessoais, grau de escolaridade, desenvolvimento cognitivo e dados obtidos no ambiente escolar.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo para o pesquisador ou para instituição.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguro o sigilo sobre sua participação. Os resultados obtidos deste estudo poderão ser publicados em jornais e revistas profissionais ou apresentados em congressos.

Se tiver dúvidas, telefonar para Lucimara D. F. Panis no número (11) 975979750 a qualquer momento.

Data:

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_

Eu, .....compreendo meus direitos e voluntariamente aceito participar deste estudo. Compreendo sobre o que, como e porque este estudo está sendo feito. Receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Assinatura do participante.